

REFORMA DO ESTADO SERVID

DISCURSO

PROFERIDO

POR

José Xavier da Silva Capanema

Deputado pelo 4º districto da provincia de Minas



RIO DE JANEIRO

TYP. IMP. E CONST. DE J. VILLENEUVE & C.

Rua do Ouvidor n. 65

—
1871

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume acha-se registrado

sob número 2677

do ano de 1974

DISCURSO.



O Sr. Capanema (*Signaes de attenção. Silencio.*):— Sr. presidente, entro neste debate com o espirito profundamente abatido. A attitude violenta e ameaçadora em que o governo se tem collocado....

VOZES DA MAIORIA:— Oh!

O SR. CAPANEMA:— tira-me toda a esperanza de ver triumphar a causa da justiça e do bom-senso. Parece que elle quer arrostar com tudo e com todos na mais importante e vital questão que se tem agitado em nosso paiz. (*Apoiados da opposição.*)

Não me deslumbrão os raios do sol, que ainda em tão grande distancia o illumina e vivifica; nem tão pouco me assoberbão os epithetos affrontosos de escravagistas, retrogrados, amigos do *statu quo* e emperrados, que se nos tem lançado a nós, que, fieis ás tradições do partido conservador, a seu glorioso passado e a seu evangelho politico, hasteando em nosso seio sua gloriosa bandeira, erguemo-nos para amparar o paiz contra o golpe tremendo que sobre elle quer desfechar o governo com esta impensada e imprudentissima reforma. (*Muitos apoiados da opposição.*)

Serei calmo e justo, nem razão tenho para deixar de sê-lo. Obedeço a um grande sentimento, ao sentimento do dever, dever de honra e de consciencia, que me faz neste momento esquecer a escassez de meus recursos

(*muitos não apoiados*) e os perigos desta tribuna, para levantar também minha voz e protestar contra esta inversão inaudita, que o paiz contempla absorto, vendo os depositarios do poder, que elle delegou para garantia de seus direitos, de sua propriedade, de sua vida e de sua honra, brandindo o facho da conflagração e da desordem! (*Muitos apoiados da opposição.*)

Sr. presidente, em um paiz regido pelo systema representativo, como felizmente é o nosso...

O SR. GAMA CERQUEIRA: — Como devia sê-lo.

O SR. CAPANEMA: —... a opinião é tudo; sem a opinião nada se pôde fazer, sem que ella se manifeste, se pronuncie, não se pôde levar a effeito reforma alguma importante; mas se essa reforma entende com a sua propria organização, com a sua vida, com seu modo de ser, não é preciso só que seja consultada, que seja ouvida, alguma cousa mais é necessario, é preciso que ella a exija, que ella a imponha. (*Apoiados da opposição.*)

O SR. GAMA CERQUEIRA: — Em questão tão grave, o governo acompanha, dirige a opinião, não anticipa, nem creá.

O SR. CAPANEMA: — A verdade deste principio incontestavel, jámais contestado, não podia de fórma alguma ser ignorada pelo illustre presidente do conselho, por nenhum estadista; e foi por isso que S. Ex. no illustrado parecer que offereceu ao conselho de estado na sessão de 12 de Abril de 1867, exprimia-se pelo seguinte modo. Depois de relatar o procedimento de outros governos com relação á questão que ora nos occupa, disse S. Ex.: « Em nenhum delles se procedeu precipitadamente: a reforma foi determinada pela opinião publica, e não consummou-se senão depois de muito estudada e esclarecida. »

Foi ainda por isso que S. Ex., logo no principio do brilhante discurso que aqui proferio na ultima sessão, procurou demonstrar que a reforma do elemento servi

é exigida e determinada pela opinião publica do paiz, formulando desde logo as seguintes proposições :

« Ha uma opinião publica no Brazil que queira a reforma do estado servil? Se existe, como foi ella formada? » S. Ex., habil, fino como é, para ladear, todas as vezes que lhe é impossivel abordar de frente uma difficuldade, não ladeou e nem illudiu a questão somente nos argumentos com que a discutio, pretendeu illudi-la, mesmo ao formula-la, porque assim facil lhe seria discuti-la.

S. Ex. não podia, no estado actual da discussão, formular a questão como formulou: « Se havia uma opinião publica no Brazil que quizesse a reforma do estado servil. » E' isto um sophisma pelo qual S. Ex. tomou o abstracto pelo determinado.

S. Ex. devia propôr a questão nestes: « Quer o paiz a reforma do estado servil como a quer o governo? » (*Apoiados.*) Nestes termos, S. Ex. não podia ir bem, e consequentemente, deslocando a questão do seu verdadeiro terreno, perguntou: « O paiz quer a emancipação do elemento servil? »

Facil foi então a S. Ex. chegar á sua conclusão: « Sim, todo o paiz quer a reforma do elemento servil, todo o paiz quer ver cauterisada esta chaga hedionda que nos deturpa o corpo social.

Nesse mesmo exame não foi entretanto S. Ex. bastante justo, bastante fiel.

Em verdade desde 1826, e mais tarde desde 1831, e de um modo ainda mais positivo e honroso em 1850, ficou plenamente demonstrado que a opinião illustrada do paiz estava unanime, considerando como uma necessidade imperiosa a abolição do elemento servil do seio de nossa sociedade.

S. Ex. não foi justo quando nos disse que a supressão do trafico nos foi imposta pelo canhão inglez, uma violencia feita a interesses que se levantáráo, que a contrariáráo. S. Ex. assim pensando, além de argu-

mentar contraproducentemente inutilisa uma das mais brilhantes paginas da nossa historia. (*Apoiados.*)

Desconhecendo que a opinião publica auxiliou francamente o governo para a supressão desse commercio infame, S. Ex. tirou-lhe o merecimento da espontaneidade, tirou-lhe a virtude da propria inspiração. (*Apoiados.*) Mas a historia ahi está, para provar que S. Ex. não teve razão na apreciação que fez.

Ainda hoje, em um bem elaborado artigo publicado no *Jornal do Commercio*, eu li um trecho importante de um discurso proferido nesta casa, por S. Ex. o Sr. conselheiro Euzebio, de saudosa memoria (*apoiados*), em que se demonstra que elle nada mais fez do que secundar as vistas do paiz, do que auxiliar o paiz e interpretar sua opinião, positivamente revelada nos seus actos, nas suas aspirações. Dahi em diante, S. Ex. fez a rezenha historica de todas as phases, por que tem passado a questão que se debate, mas sempre debaixo do ponto de vista abstracto—se a emancipação do elemento servil tem por si a opinião publica no nosso paiz,— e nunca abordando a questão positivamente — se o paiz aceita a reforma nos termos em que foi proposta pelo governo, e se esta opinião tem sido manifestada de qualquer modo. (*Apoiados.*)

Formulada assim a questão, é verdade incontestavel que a resposta não pôde ser senão negativa. (*Apoiados.*) Senhores, o paiz não quer, não pôde querer a reforma do elemento servil pelo modo por que o governo a quer. (*Apoiados.*)

O SR. GAMA CERQUEIRA:— Porque não pôde querer a propria ruina.

O SR. CAPANEMA:— Nunca se manifestou neste sentido, ao contrario manifestou-se sempre no sentido opposto: queria a reforma pelos meios indirectos, progressivamente, sem abalo, sem perturbação da ordem publica, sem a ruina de sua lavoura. Para de-

monstrar esta verdade basta recordar-vos, senhores, que, quando em Agosto de 1866 o ministro de estrangeiros do Brazil dirigio á junta franceza de abolição uma carta celebre, em resposta a outra que fóra dirigida ao Imperador, assignada por 15 de seus membros illustres, cujos nomes são bem conhecidos no nosso paiz, nem a imprensa, nem a tribuna, nenhum partido, nenhuma grande associação havia tomado a iniciativa.

O SR. GAMA CERQUEIRA: — E' dessa carta que vem todo mal, ahí começou.

O SR. CAPANEMA: — Sr. presidente, a idéa de emancipação do elemento servil, em nosso paiz, nasceu com a sua emancipação politica: tinha deitado raizes profundas na opinião publica desde muitos annos, porque, e tenhamos isto fóra de toda e qualquer questão, não ha neste paiz um homem que reflecta a quem se possa lançar em rosto ser escravagista (*apoiados*); ao contrario, todos desejão ver abolido esse elemento, que nos deshonra perante o estrangeiro, e impede que marchemos desassombrados na carreira do progresso. (*Apoiados.*)

Mas, meus senhores, a questão era dos meios, a questão era da opporrtunidade. Era preciso preparar o paiz para tão grave transicção.

Em 1864 e 1865 tres projectos forão apresentados no senado com relação a este assumpto; destes tres projectos, dous offerecidos pelo fallecido Sr. Visconde de Jequitinhonha, e um por S. Ex. o Sr. senador Silveira da Motta; um delles foi rejeitado, e dous nem forão apoiados. Poder-se-ha crer que no senado, naquella illustrada e patriotica corporação, se a opinião publica então exigisse, reclamasse a reforma desta instituição, semelhantes projectos serião assim repellidos, tanto mais que dous delles não continhão senão meios indirectos, e sómente um meios directos, o do Sr. Jequitinhonha? Sem duvida que não.

4

Quando em Janeiro de 1866 S. Ex. o illustre conselheiro Sr. Visconde de S. Vicente dirigia a S. M. Imperial um memorial, com que apresentou-lhe diversos projectos sobre a emancipação, o que disse S. Ex. ? « Na falta de outros trabalhos, e mais competentes, que não me consta que se estejam modelando, servirá o systema constante dos projectos juntos de uma primeira base para o estudo ou invenção de melhores idéas. »

Este memorial, tem, como disse, a data de 23 de Janeiro de 1866, e a autoridade de um dos mais respeitáveis caracteres, de uma das mais robustas intelligencias deste paiz; em 1866, pois, nenhum trabalho havia! nem ao menos se tratava de modela-lo: a opinião publica não se tinha revelado ainda; ao contrario, a rejeição sem apoio de dous projectos no senado e de um outro, em 1^a discussão revelão bem que a opinião não estava formada, que o senado, corporação patriótica, rejeitou admittir semelhante idéa, com manifesta attenção ao estado da questão no espirito publico.

O SR. GAMA CERQUEIRA: — Apoiado.

O SR. CAPANEMA: — Não é menos verdade que em 1867, por occasião da discussão de tão importante assumpto em o conselho de estado, esta proposição ficou perfeitamente demonstrada.

Lerei as proprias palavras de S. Ex. o Sr. presidente do conselho: « São de recente data algumas iniciativas e pronunciamentos *individuaes* nesse sentido, comquanto todos reconhecessem sempre os males inherentes á escravidão.

« Se a oportunidade era chegada, as medidas indirectas e preparatorias, que forão ha pouco suggeridas no senado, devêrão merecer outra attenção e acolhimento da parte do governo, da imprensa e das camaras. »

A questão, portanto, não estava estudada: o paiz não foi consultado, não foi ouvido, não foi prevenido para

tão brusca e perigosa transição; não se acha para ella preparado, e, pois, não quer, não pôde querer a proposta do governo como se achava concebida; ao contrario, a repelle com toda a energia da sua força, com toda a consciencia de seus direitos. (*Apo ados.*)

Tem-se feito nesta discussão grande cabedal dos pareceres dos honrados conselheiros d'estado, apresentados nas sessões daquelle illustre corporação em 2 e 9 de Abril de 1867. São elles constantemente citados e nem sempre com lealdade.

Entretanto, Sr. presidente, nem um só delles, nem o do proprio Visconde de Jequitinhonha, ampara todas as idéas do projecto offerecido pelo governo, sendo que grande maioria delles não poderia logicamente votar pela sua idéa capital, e menos que todos S. Ex. o Sr. conselheiro Paranhos. (*Apoiados.*)

S. Ex. o Sr. Visconde de Abaeté, expondo a sua opinião a respeito dos projectos offerecidos por S. Ex. o Sr. Visconde de S. Vicente com o memorial de que acabei de fazer menção, exprime-se assim :

« Penso, quanto ao de n. 1, que a disposição do art. 1º (liberdade do nascimento) deverá adoptar-se logo que as circumstancias o permittirem »; e accrescenta as tres seguintes judiciosissimas observações: « 1.ª Emquanto durar a guerra em que nos achamos empenhados, e depois de feita a paz (emquanto não se repararem por algum modo as graves perturbações que a necessidade de sustentar a guerra tem causado nas finanças), não me parece asada a occasião de tomar o governo a iniciativa de taes medidas. 2.ª Sendo as circumstancias da Hespanha a respeito das suas possessões, em que ainda mantém a escravidão civil, muito differentes das do Brazil, as medidas abolicionistas não produzirão alli os mesmos máos resultados que no Brazil; e por isso não descubro razão para que o governo imperial deva porfiar em tomar a dianteira ao da Hespanha na adopção dessas medidas. Neste caso parece-

me melhor ter prudencia de mais do que previsão de menos, inspirarmo-nos antes nos principios de politica do que em sentimentos de philantropia, preferir aos elogios pela celeridade as censuras pela demora. 3.^a As medidas que acompanhão a memoria do Sr. conselheiro de estado Visconde de S. Vicente, ou outras quaesquer no mesmo sentido, não deverãõ ser iniciadas simultaneamente, convindo começar pelas que naturalmente produzirão menos abalo na sociedade, como sãõ as dos projectos ns. 4 e 5. »

Estes dous projectos (ns. 4 e 5) tratavãõ da emancipação dos escravos da nação e das ordens religiosas.

Vê-se, portanto, que S. Ex. o Sr. Visconde de Abaeté não pôde ainda hoje aceitar a reforma nos termos em que o governo a pretende, pois que de nenhum modo estãõ reparadas as perturbações causadas ás nossas finanças pela guerra; pelo contrario, sua situação é desgraçada, e o projecto do governo inicia simultaneamente todas as medidas que podem produzir grande abalo, menos a declaração de prazo.

Por esta mesma razão não accitaria S. Ex. o Sr. Visconde de Jequitinhonha, se vivesse, a reforma nos termos em que o governo a offerece. S. Ex., no parecer emitido nesta mesma sessão de 2 de Abril de 1867, assim se exprime :

« Não adopta varias das providencias que se indicão ne projecto do Sr. Visconde de S. Vicente. A lei de abolição deve ser simples e breve. Tantas providencias a complicarãõ, e não vãõ de accordo com o pensamento de manter, ao menos por emquanto, a escravidão, quanto aos já nascidos nessa condição. A educação dos recém-nascidos que a lei liberta, isso sim, é objecto de ponderação, que não deve ser esquecido, mas não regulamentado por lei. »

O parecer de S. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy tem sido invocado como grande argumento a favor

da idéa principal do projecto. S. Ex. a admittio, mas combateu por tal modo a sua opportunidade, que eu não posso explicar a instancia com que é elle invocado. Permitta a camara que eu o léa integralmente. Fallo tambem para o paiz: estes trabalhos do conselho de estado andarão sequestrados á opinião até ha poucos dias; cumpre que o paiz os conheça.

Disse S. Ex. em seu parecer :

«Assim, penso que o meio que temos de abolir a escravidão no Brazil é decretar a liberdade do ventre a contar de um prazo que dê ao governo tempo de prover o modo de executar esta medida. A emancipação se fará lenta e gradualmente, mas de uma maneira efficaz e infallivel, e satisfará as aspirações dos que desejão ver a raça escrava recuperar os direitos que lhe deu o Creador, sem ser á custa do aniquilamento dos seus senhores. Não acredito todavia que tal medida mesmo seja isenta de perigos. E, em verdade, nem é preciso terem os escravos muito atilamento para comprehender que os mesmos direitos dos filhos devem ter seus progenitores, nem se pôde suppôr que vejão com indifferença esvaecerem-se-lhes as esperanças de liberdade, que têm affagado em seus corações. Os assassinatos, as insurreições mais ou menos extensas, e quem sabe se mesmo a guerra servil, poderão ser o resultado daquella medida se não fôr acompanhada da organização de meios materiaes que as possuão cohibir.»

Vê-se, portanto, que o Sr. Visconde de Itaborahy, com a prudencia e circumspecção que tanto o distinguem, adoptando a idéa, reconheceu que sua execução dependia de tempo, de medidas preparatorias, que salvassem nossas finanças e garantissem nossa segurança publica e individual.

Ora, sendo incontestavel que nada se fez ainda, nada se estudou mesmo, que nossa situação financeira é hoje peor, como, com que direito argumentar com o

voto de S. Ex. para adopção deste projecto ? (*Apoiados.*)

Foi tambem este o pensar do fallecido Sr. conselheiro Euzebio de Queiroz, que levou seus receios pela ordem publica e segurança individual a ponto de julgar indispensavel o engajamento de soldados estrangeiros.

Eis-aqui como S. Ex. concluiu seu voto luminoso :

« E' por isso que não só indico algumas providencias, mas concordaria em outras analogas, que pudessem diminuir o perigo tanto para os senhores como para os escravos. Fallei no engajamento de soldados estrangeiros com o fim, que reputo bem obvio, de ter uma força para contrabalançar os libertos que estamos armando, pois esses estrangeiros, que nunca serão a maioria do exercito, serão um auxilio muito efficaz em certas hypotheses, que não é possivel ver realizar. »

Vê, portanto, o paiz e a camara, que, não se tendo ainda adoptado as medidas preparatorias e preventivas que S. Ex. julgou indispensaveis, se elle hoje existisse seria, sem duvida alguma, opposto ao projecto.

Foi S. Ex. o Sr. Marquez de Olinda sem duvida alguma o voto mais positivo contra as idéas do projecto que servio de base ás discussões do conselho de estado, e que, em geral, são as do que se discute.

Sobre o quesito de quando seria conveniente decretar-se a liberdade dos nascituros disse S. Ex. :

« Quando fór possivel decreta-la para todos os escravos indistinctamente, e para todos ao mesmo tempo. E quando será isto possivel ? Respondo : quando o numero de escravos se achar tão reduzido, em consequencia das alforrias e do curso natural das mortes, que se possa executar este acto, sem maior abalo na agricultura e sem maior estremecimento nos senhores. Pelo que pertence á primeira, o trabalho de braços escravos para aquella época ha de ser tão mesquinho em seus

resultados, que não avultará na produção geral do paiz. E, pelo que diz respeito aos segundos, por poucos que sejam os escravos que possuão, sempre se hão de queixar; mas, neste caso, prevalece o interesse geral sobre o interesse particular, e os poderes supremos do Estado saberão mitigar o rigor da medida com razoaveis indemnizações. »

Foi este o modo de pensar de Pitt e Fox, quando se tratou desse assumpto no parlamento inglez. Votou-se entretanto a emancipação gradual, e os factos vierão confirmar bem depressa suas previsões. Depois de grandes lutas entre senhores e escravos, decretou-se afinal a emancipação geral.

Parece que entre nós irá succeder o mesmo.

Vê-se, pois, que a autorisada opinião de S. Ex. é inteiramente contraria ás vistas e propositos do governo.

Descrevendo os perigos que S. Ex. como todos os outros encontrão na adopção de taes medidas, concluiu dizendo:

« E' a minha convicção profunda que, qualquer que seja o systema que se adopte, de emancipação gradual e successiva, as insurreições hão de surgir a cada canto do Imperio. A primeira consequencia deste estado de cousas será a necessidade de montar um numerozo exercito só para conter os escravos: considere-se nas difficuldades de formar este exercito, e isto depois de uma guerra que ha tornado necessario um rigoroso recrutamento além do alistamento voluntario. »

S. Ex. com a franqueza, com o patriotismo que todos lhe reconhecião, condemnava positivamente as idéas contidas nos projectos então offerecidos pelo Sr. Visconde de S. Vicente, e que hoje são, por assim dizer, a origem, a fonte donde procede aquelle que nos foi aqui offerecido na proposta do governo pelo nobre ministro da agricultura.

Segue-se na ordem dos pareceres do conselho de es-

tado, na sessão de 2 de Abril de 1867, o muito importante e lucido do nobre presidente do conselho; é com elle que poderei demonstrar....

O SR. CRUZ MACHADO: — Do Sr. presidente do conselho, não, do Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos. (*Risadas.*)

O SR. CAPANEMA: — Perdôe-me o nobre deputado, mas não posso fazer essa distincção. (*Novas risadas.*)

Porém é com o parecer de S. Ex. que julgo-me perfeitamente habilitado, instruído e autorizado para combater as idéas contidas na proposta offerecida pelo Sr. ministro da agricultura. (*Apoiados.*)

O SR. GAMA CERQUEIRA: — E' a mais bem elaborada impugnação do projecto do governo. (*Apoiados.*)

O SR. CAPANEMA. — Mas peço ao nobre presidente do conselho que me permita reserve a apreciação do seu parecer para ultimo lugar, não por considera-lo somenos, ao contrario para destinar-lhe neste momento um lugar de honra.

O SR. CRUZ MACHADO: — Apoiado, é uma boa metralhadora tomada ao proprio inimigo. (*Risadas Muito bem.*)

O SR. CAPANEMA: — Disse eu que S. Ex. o Sr. Visconde de S. Vicente, se quizer ser logico nesta questão devia oppôr-se com todas as forças a que o projecto, do governo seja convertido desde já em lei.

Já manifestei á casa a sua opinião no memorial que acompanhou os seus projectos no conselho de estado; S. Ex. na sessão a que me tenho referido exprimio-se nestes termos:

« Elle conselheiro entende que se deve estudar e adoptar o systema que fôr melhor, e, tendo as idéas já assentadas, esperar que se termine a guerra, pôr nas provincias as guarnições necessarias, e determinar, á vista das circumstancias, o tempo da decretação de tal lei. »

Vê-se, pois, que, nada se tendo providenciado com

relação á força publica, não se tendo ainda reparado os estragos que as nossas finanças soffrêrão durante cinco annos de longa e dispendiosissima guerra, não pôde ainda ser determinado (note a camara, ser determinado) o tempo da decretação desta lei.

O SR. CRUZ MACHADO :— Nem mesmo o tempo pôde ser determinado.

O SR. CAPANEMA :— Todos sabem que S. Ex. o Sr. conselheiro Nabuco é incontestavelmente neste assumpto um dos mais adiantados; todos sabem que S. Ex. é emancipador, e emancipador daquelles que affrontão certos perigos, que chamão males menores. Pois bem, senhores, dos proprios termos do parecer de S. Ex. não se pôde deixar de ver uma opinião em contrario á proposta que se discute, a menos que não nos seja licito attribuir a tão illustre character, a Brasileiro tão distincto, uma falta notavel de patriotismo e dedicação aos interesses de seu paiz. S. Ex., depois de esboçar com mão firme a historia desta questão, diz :

« Direi que a abolição não deve ser simultanea e immediata, mas gradual. A abolição immediata e simultanea precipitaria o Brazil em um abysmo profundo e infinito. »

Attenda a camara :—A abolição immediata e simultanea precipitaria o Brazil em um abysmo profundo e infinito.

Um pouco adiante diz S. Ex. :

« A lei não satisfaz as esperanças dos escravos; dahi a possibilidade das resistencias por commettimentos ou pela inercia.

« A verdade é que, á vista da historia, a abolição gradual, que aliás tem sido o primeiro pensamento de quasi todos os legisladores, não tem sido exequivel.

« Em quasi toda a parte as medidas graduaes e indirectas têm tido por consequencia abolição semultanea

e immediata. Assim nas colónias inglezas e nas Antilhas franceza e dinamarqueza.

« Os diversos meios, diz Turgueneff (obra sobre os servos da Russia), os diversos meios adoptados pelos governos para emancipação gradual em nenhuma parte têm sido efficazes: a liberdade dos recém-nascidos, dos filhos antes dos pais, a mudança do estado dos escravos em aprendiz, estes meios não têm sido senão a advertencia ou preludio da emancipação completa. »

« Conclusão:—a reforma nos termos por que a propõe o governo precipitará o Brazil em um abysmo profundo e infinito. Sim: se ella consagra medidas graduas e indirectas (e as consagra em grande numero) e se em quasi toda a parte ellas têm tido por consequencia a abolição simultanea e immediata, que é um abysmo profundo e infinito, em que o Brazil se precipitaria, a minha conclusão é logica.

O SR. GAMA CERQUEIRA:—O governo fecha os olhos ás consequencias.

O SR. CAPANEMA:—E' meu dever, portanto, esperar que a voz eloquente de S. Ex. o Sr. conselheiro Nabuco se fará ouvir no Senado contra esta proposta, se tivermos a desgraça de vê-la passar aqui; tanto mais quanto, considerando S. Ex. no seu alludido parecer como medida preparatoria essencial o registro da população escrava (e o é sem duvida alguma), é certo que a ella se não procedeu ainda, e nem ao menos se possuem dados estatisticos de mediocre confiança. Citarei as proprias palavras de S. Ex. na conferencia de 9 de Abril de 1867:

« O registro que este projecto estabelece é a base essencial de todas as providencias, assim da liberdade do ventre, como das alforrias annuaes. »

Todos nós conhecemos o voto franco e terminante de S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba. S. Ex. condemnou sempre as idéas do projecto que se discute.

S. Ex. o Sr. Barão do Bom-Retiro, em seu parecer brilhantemente desenvolvido, mostra que, sem preparo da opinião, sem preparo dos recursos indispensáveis para uma reforma de tanta importância e tantos effeitos, era impossível adopta-la.

Receio cansar a attenção da camara com a leitura de alguns trechos de seu profundo parecer....

ALGUNS Srs. DEPUTADOS: — Léa, léa.

O SR. CAPANEMA:—Penso, portanto (diz S.Ex.depois de declarar-se em tudo conforme com os votos de SS. EEx. os Srs. Abaeté e Paranhos), penso, portanto, que só depois de terminada completamente a guerra com que nos achamos a braços, e distribuidas pelas provincias a força militar que fôr necessaria, e de tornarem-se menos embaraçosas as circumstancias financeiras do paiz, é que devem ser propostas ás camaras legislativas por parte do governo as medidas que parecerem mais adequadas á emancipação gradual da escravatura. Posso eu estar em erro, mas nutro sérias apprehensões de que a crise por que está passando a nossa lavoura ha de se aggravar sobremaneira pelo simples facto de apresentar-se o governo iniciando qualquer projecto tendente áquelle fim, e que o thesouro nacional, que já luta com embaraços de ordem elevada, ver-se-ha em graves apuros para tirar-se das novas difficuldades que hão de apparecer, e que só poderá attenuar á custa de enormes sacrificios da geração presente e de terriveis avanços sobre o futuro.

« Estou inteiramente persuadido que uma reforma da natureza desta, que póle abalar a sociedade em seus fundamentos, pondo em risco uma grande somma de interesses legitimos, a segurança individual e até a ordem publica, exige imperiosamente que o paiz se ache em circumstancias normaes e reine muita calma nos animos. De outra sorte não produzirá ella os fructos desejados, que jámais poderão ser colhidos *sem que se*

prepare a opinião publica e se trate de guia-la prudentemente.

« E' preciso sobretudo que o governo conte de antemão que de um momento para o outro poderá precisar de força militar sufficiente para proteger a sociedade e de dinheiro para ir em auxilio dos estabelecimentos ruraes, cujos proprietarios, se não forem acudidos a tempo, podem ficar reduzidos á miseria com enorremissimo detrimento da renda publica.

« A oportunidade é, pois, e ha de ser sempre primeira questão a attender-se, e ella, em minha humilde opinião, depende essencialmente daquelles dous grandes elementos— força e recursos financeiros—, com os quaes não poderemos contar senão depois de terminada completamente a guerra e de melhorado o estado do thesouro. »

S. Ex. sustentou tambem o principio do *partus ven- trem sequitur*, e que era indeclinavel a necessidade de indemnisar aos senhores do valer dos filhos das escravas, e ainda por este motivo, se estivesse presente, combateria o projecto.

Agora eu peço toda a attenção da camara para as opiniões respeitaveis do nobre presidente do conselho, cujos talentos e proficiencia são notaveis e reconhecidos por todo o paiz. (*Apoiados*).

S. Ex., depois de esboçar com toda a fidelidade e exactidão historica as peripecias por que tem passado em todos os paizes esta reforma, diz:

« Em todos esses paizes houve uma pressão moral ou material que os obrigou a dar aquelle passo, e só o derão depois de muitas hesitações e tentativas. *Entre nós ha hoje alguma causa dessa natureza que nos impilla a precipitar uma deliberação em materia tão grave?*

« Onde está a pressão? No exemplo das nações europeas? A historia da escravidão em suas colonias e a importancia social relativamente pequena que esta tinha para ellas nos libertão dessa coacção. »

O SR. CRUZ MACHADO: — Estes periodos devem ser grifados.

O SR. CAPANEMA: — Peço á camara que me permitta neste momento um parenthesis.

Os argumentos mais frisantes, mais positivos de que se servio S. Ex. no discurso que proferio na ultima sessão deste parlamento, consistem na ameaça e no terror.

Um delles foi que não poderiamos mais tarde resolver esta questão, senhores della, mas debaixo da pressão de uma complicação internacional.

E' S. Ex. entretanto quem nos diz no seu parecer, e respondendo a si mesmo, « que o proprio governo inglez não podia contar tão cedo com a solução desta questão. »

Mas S. Ex. não costuma emittir opiniões que lhe tranquem as portas a quaesquer outras, que mais tarde lhe pareçam melhores.

Sempre se deixa uma fresta por onde esgueirar-se.

Depois de dizer, como vimos, que não havia pressão alguma, absolutamente, disse S. Ex. um pouco adiante:

« A carta escripta pela commissão franceza de emancipação e dirigida a V. M. Imperial corre impressa; eu a li no *Journal des Economistes* de Outubro ultimo. A resposta dada pelo ministerio dos negocios estrangeiros do Brazil tambem circula do mesmo modo. Esta resposta diz que já não se trata senão da oportunidade mais ou menos proxima. Esta opinião, tão autorisada e tão solemnemente proclamada, não podia deixar de encontrar éco no Imperio, e sobretudo devia influir muito no animo daquelles que *tinhão ido adiante do governo* nesta materia.

.....
« A pressão, *po's, está creada*, e é preciso não cruzar os braços, nem resistir a uma iléa que tem por si a autoridade do governo e os mais santos impulsos do coração humano. »

Temos, portanto, pressão, e não temos!

Mas ainda não é esta a ultima palavra de S. Ex.

S. Ex., vendo a direcção que a discussão tomava, e pedindo licença para accrescentar algumas observações sobre existir ou não essa pressão, disse :

« Falla-se em pressão interna e pressão externa, e entende-se que por isso já não temos a necessaria liberdade neste importante negocio, *inteiramente domestico*. Elle conselheiro, á vista de alguns pareceres que tem ouvido, é obrigado a retractar-se, dizendo que já lhe parece que a pressão não veio do governo, mas que o governo é tambem victima de uma pressão. Onde está, porém, a causa disto? mais uma vez pergunta. Sua convicção é que essa pressão só existe no receio della, porque as outras nações sabem pela sua propria experiencia o que é o problema da abolição da escravatura, e nenhuma deixará de louvar a prudencia com que a este respeito procederem o governo e as camaras do Brazil. »

O SR. CRUZ MACHADO:—Escriva em letras maiusculas para que o paiz lêa bem.

O SR. CAPANEMA:—Essa pressão de que S. Ex. falla é a mesma que hoje actua sobre vós. (*Apoiados*.)

Desculpe a camara a necessidade que tenho ainda de lêr alguns trechos deste respeitavel parecer.

O SR. GAMA CERQUEIRA:—Isso é indispensavel.

O SR. ANDRADE FIGUEIRA:—V. Ex. tem outros trechos muito dignos de leitura.

O SR. CRUZ MACHADO:—E dizer-se que são estes os estudos que servirão de base para a proposta!

O SR. CAPANEMA:—Voltando á questão da oppor-tunidade, diz ainda S. Ex.:

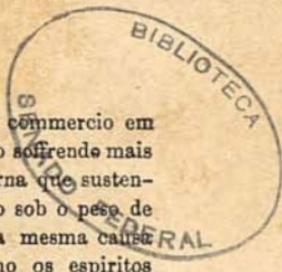
« O estado actual da sociedade brazileira, ou a enca-remos pelo lado politico e moral, ou a consideremos sob o ponto de vista dos interesses economicos, não in-cita a um passo precipitado no terreno dessa questão social; pelo contrario, faz recuar com terror ante ella.

Empenhada como está a lavoura, o commercio em quasi completa atonia, toda a população soffrendo mais ou menos gravemente pela guerra externa que sustentamos ha mais de dous annos, o Estado sob o peso de grande divida, divida proveniente desta mesma causa improductiva; nestes momentos, mesmo os espiritos mais affeitos não agitarião semelhante reforma, se o governo imperial (V. M. Imperial permittir-me-ha esta franqueza) não fosse o primeiro em julgar que era chegada ou estava mui proxima a oportunidade de tão profunda mudança no modo de ser de nossos estabelecimentos agricolas.

« Pelo que tenho exposto, vê-se que, em minha humilde opinião, a abolição pela liberdade dos nascimentos, comquanto seja o meio mais pacifico, ou menos perigoso, d'entre os directos, todavia não está isenta de contingencias graves. A medida, por mais felizes que sejamos na sua apresentação e durante o debate das camaras, e por melhor que seja a sua execução pelas autoridades locaes, ha de causar alguma agitação entre os escravos, e consequentemente ha de trazer algum abalo e prejuizo aos nossos estabelecimentos agricolas. O credito se ha de escassear mais para a industria agricola, ao mesmo tempo que a producção desta talvez diminua. Sendo já afflictiva a situação do commercio e da lavoura, a medida agora iria augmentar a afflictão ao afflicto. Os perigos de ordem publica e segurança individual, que acompanhão, mais ou menos de perto, ás medidas dessa natureza, exigirião tambem um emprego de forças, que, durante a guerra e logo depois della, é impossivel.

« Julgo, portanto, que o governo imperial deve preparar o seu projecto, para leva-lo a effeito logo que a situação moral e fianceira do paiz não apresente tão desfavoravel aspecto. E' impossivel assignar para isso um limite mathematico. »

Ainda na discussão do projecto offerecido pela com-



missão nomeada para redigi-lo conforme as idéas apresentadas nas duas sessões, cujos trabalhos li, essas mesmas opiniões são sustentadas.

Teve ella lugar a 16 de Abril de 1868.

Nem um só dos illustres conselheiros desistio de suas opiniões, á excepção do Sr. Visconde do Rio-Branco. Ahi S. Ex. cedeu completamente de tudo quanto havia sustentado nas conferencias anteriores, aceitando o projecto como fôra redigido.

O SR. ANDRADE FIGUEIRA: — Cedeu á pressão.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Protesto contra o commentario.

O SR. CAPANEMA: — Se não ha esta pressão da opinião, se a nação não se pronunciou, não exigio, não impôz a reforma como o governo a quer e exige, qual a razão por que procede do modo por que tem procedido?

Sr. presidente, essa pressão existe, força é confessá-lo. (*Apoiados.*) Essa pressão existe, não vinda da opinião, não vinda do povo, não vinda do paiz. Essa pressão existe, mas vinda do alto. (*Apoiados.*)

Sr. presidente, eu não preciso dar testemunho da minha dedicação aos principios constitucionaes consagrados na nossa constituição politica. (*Apoiados.*) Na minha obscuridade tenho sempre dado as mais constantes provas da minha dedicação a esses principios.

Sou monarchista, não por necessidade, mas por convicção. Essa forma de governo é preferivel a todas quantas o espirito humano tem inventado. Nem mesmo no ardor da mocidade, em que mais brilhantes se nos afigurão as idéas grandes e democraticas, nem mesmo nesse tempo eu sustentei ou nutri opinião contraria. (*Apoiados.*)

O SR. CRUZ MACHADO:—Sempre foi o amigo presente da monarchia. (*Apoiados.*)

O SR. CAPANEMA:—Sou, portanto, insuspeito nestas apreciações. Mas força é confessar: a verdade é esta.

Como a camara vê, nada havia na opinião que determinasse a resolução tomada pelo governo.

Foi em 1866 que o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do gabinete de 3 de Agosto tomou em nome de Sua Magestade o compromisso de levar a effeito esta reforma; deu-a por aceita pelo paiz, dependendo a sua realisação unicamente da opporrtunidade.

Desde então para cá, Sr. presidente, as cousas se modificárão, desde então para cá não houve mais liberdade plena de pensar e de obrar, porque, senhores, nós outros simples mortaes podemos pensar de um modo e obrar de conformidade com elle, sujeitando-nos comtudo ás circumstancias, ás necessidades do tempo e da occasião; mas quem paira nas altas regiões, e vê as cousas de alturas inacessiveis, não póde voltar atrás, ha de marchar para diante, precisa de uma grande idéa em que alimente o seu espirito superior, precisa de uma grande idéa, cuja realisação lhe dê renome na historia, o leve ao pantheon.

Não é que o chefe da nação não ame estremecidamente nossa patria commum; exuberantes provas tem elle dado de sua dedicação; a sua posição, a sua illustração e excellente coração o exigem; mas o erro não é partilha da humanidade?

Estou bem certo, senhores, que, se o chefe do poder executivo se achasse entre nós, assistisse ao desgosto, ao terror que lavra pelo interior do nosso paiz, e principalmente por essas localidades onde a população servil é em numero superior de muitas centenas á população livre, estou bem certo que elle recuaria. (*Apoiados.*) E' o que cumpre lembrar a S. Ex. o Sr. presidente do conselho e a seus collegas.

O SR. CRUZ MACHADO: — Eu direi: não recuaria, faria o ministerio recuar, porque é um ministerio responsavel. (*Apoiados.*)

O SR. CAPANEMA: — Ha trezentos annos que esta

instituição existe neste paiz: ha quasi meio seculo que nossa emancipação politica foi um facto. Nós a temos mantido pela força da necessidade, temos vivido e marchado no caminho do progresso, lento, é verdade, mas sem jámais parar.

Um mez, dous mezes de adiamento de uma questão desta ordem, não podia de modo algum prejudicar a sua solução do modo mais conveniente, mais conforme aos interesses do paiz. (*Apoiados.*)

O nobre presidente do conselho e seus collegas têm procurado conter a onda que rompe, vai progressivamente subindo e ha de assoberba-los.

O SR. CRUZ MACHADO: — E póde afoga-los.

O SR. CAPANEMA: — De todos os pontos mais importantes desta provincia, e de alguns muito importantes da provincia de S. Paulo, e de alguns da provincia de Minas, têm vindo a esta camara e ao senado representações energicas, protestos solemnes contra a idéa contida no projecto que se discute.

(*Ha varios apartes.*)

Sr. presidente, esta capital foi hontem testemunha de um facto estrondoso, tanto mais estrondoso quanto elle é virgem nos annaes da nossa historia. (*Apoiados.*)

O SR. CRUZ MACHADO: — Facto magestoso.

O SR. CAPANEMA: — Duas das classes mais importantes do paiz, o commercio desta grande praça e a lavoura de todas as povoações circumvizinhas, se congregarão para representar aos poderes do Estado contra o projecto que ora se discute.

Em quaesquer outras circumstancias que o governo pudesse obrar e deliberar livremente, devia os ouvir hoje a leitura de um requerimento por parte da maioria desta casa, solicitando o adiamento desta discussão por alguns dias. (*Apoiados.*)

(*Ha varios apartes; o Sr. presidente do conselho ri-se.*)

O nobre presidente do conselho ri-se!

A praça do Rio de Janeiro tem dado provas de philantropia, desinteresse e humanidade, de tal ordem que o riso de S. Ex. não é conforme com o respeito que ella merece.

Ainda ha pouco, S. Ex., cumprindo um dever que a elle pertencia, mais do que a ninguem neste paiz, de ir em auxilio a nossos vizinhos, que lutavão braço a braço com a enfermidade e a morte, para quem appellou S. Ex.?

O SR. CRUZ MACHADO E OUTROS SRs. DEPUTADOS:—E não appellou em vão.

O SR. CAPANEMA:—Para a praça do Rio de Janeiro, que correspondeu á confiança de S. Ex., subscrevendo no mesmo instante de sua reunião 50:000\$ para acudir ás victimas do terrivel flagello.

S. Ex. fez figura brilhante. A quem deve S. Ex. este triumpho?

A quem se devem, Sr. presidente, os immensos recursos com que se sustentárão as nossas despesas na guerra com o Paraguay? A quem se deve esse monumento onde estão asyados hoje os invalidos que de lá vierão? Principalmente ao commercio desta praça.

A lavoura e o commercio pronuncião-se do modo mais positivo, representando aos poderes do Estado contra a violencia e o esbulho, de que são ameaçados e o nobre presidente do conselho julga que não será tempo de adiar a solução desta questão por 20 ou 30 dias. Adiado S. Ex. esta questão, daria lugar a que todos os lavradores do paiz viessem perante o seu governo, perante seus legisladores, manifestar suas idéas, e consequentemente qualquer procedimento que em consequencia tivesse o governo teria a autoridade de toda a nação. E S. Ex. o havia promettido em um de seus discursos no senado.

Mas não é assim que se tem procedido; ao contrario S. Ex. diz que o norte está tranquillo e que os lavra-

dores se hão de *resignar*. São estas as palavras de S. Ex.

Não duvido que haja tranquillidade no norte, mas não pôde deixar de ser bem previdente aquelle que receber por esse socego, por essa tranquillidade. (*Apoiados.*)

Li ha dias uma correspondencia da provincia da Bahia, onde os escravos são em grande numero (não sei quem é esse correspondente, mas, a ajuizar pelas suas idéas e pelo modo com que as emite, força é confessar que é homem de criterio e de bom senso): diz elle que a provincia recebeu com calma a noticia da reforma que se discute; mas, se se consultarem os lavradores, não ha um só que aceite a idéa da emancipação pelo ventre: preferião uma emancipação immediata e simultanea. Isto ao menos traria uma só crise, entretanto que a outra traz uma crise prolongada, que se eternisará.

(*Ha varios apartes.*)

Mas, senhores, devo dizer que o governo procede assim porque está na obrigação de assim proceder. Não direi que ha um compromisso solemne de S. Ex. o Sr. Visconde do Rio-Branco, para que este projecto seja convertido em lei. Creio que não é isso possivel, mas em todo o caso os precedentes autorisào esse juizo.

Essa pressão, de que ha pouco falei, não vem da nação ..

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — A pressão vem dos senhores.

O SR. CRUZ MACHADO: — Pressão! E' a restauração da verdade do systema representativo.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: — Consultem suas consciencias.

O SR. CAPANEMA: — ... mas de cima... (*Apoiados da opposição.*) E quereis uma prova irrefragavel? Depois de reunidos os conselheiros de estado em 1867 em sessões seguidas para tratar do elemento servil, e nomeada uma commissão, em que não entrou membro algum

dissidente, forão os pareceres offerecidos na sessão de 16 de Abril de 1868. Coube então a palavra em primeiro lugar a S. Ex. o Sr. Marquez de Olinda...

O SR. CRUZ MACHADO: — Ahi está a prova manifesta da pressão.

O SR. CAPANEMA: Esse respeitavel ancião começou desenrolando o painel medonho das desgraças que necessariamente devem resultar desta imprudente reforma, e foi violentamente interrompido para não continuar.

Lerei á camara o que ficou escripto na acta dessa sessão do conselho d'estado com relação a este incidente:

« Aqui S. M. Imperial interrompeu o discurso do illustrado conselheiro de estado, ponderando que já em outra occasião se fizerão considerações geraes sobre a materia; agora trata-se sómente do primeiro artigo do projecto, ao qual se deve restringir a discussão. »

Esta interrupção deu lugar a que se murmurasse que não havia liberdade de discussão...

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Não apoiado; não sabia o que estava em discussão.

O SR. CAPANEMA:—Perdôe-me: V. Ex. alludio a essa falta de liberdade; permitta que lêa suas proprias palavras.

VOZES DA OPPOSIÇÃO:—Lêa! Lêa!

CRUZ MACHADO:—Attranque mais essa metralhadora ao inimigo. (*Risadas.*)

O SR. PRESIDENTE:—Atenção!

O SR. ANDRADE FIGUEIRA:—V. Ex. sabia o que estava em discussão.

O SR. CAPANEMA: — Eis-aqui o que disse S. Ex. o Sr. presidente do conselho na sessão de 16 de Abril de 1868 no conselho de estado, depois do incidente de que fiz menção:

« Agradece, pois, a plena liberdade que a sabedoria da corôa nos concedêra sobre a enunciação de *nosso voto*

neste ponto como em todos os outros. O contrario (pede venia para dizê-lo, visto que ouviu opinião adversa), o contrario fôra até uma tyrannia, que jámais se pôde receiar da magnanimidade e alta illustração de S. M. Imperial. »

O SR. GAMA CERQUEIRA :— Era um modo delicado e respeitoso de pedir a liberdade da discussão.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO :— Faça justiça á corda, que sempre deu plena liberdade no debate ; os senhores é que querem interpretar de outro modo as minhas palavras.

O SR. CAPANEMA :— Nós nos guiamos mesmo por suas palavras...

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO :— As palavras são bem claras.

O SR. CAPANEMA :— E a sua clareza demonstra não só que se disse então no conselho de estado que não havia plena liberdade de discussão, como que V. Ex. não concordava nisso ; ao contrario, considerava como uma tyrannia, de que era incapaz Sua Magestade.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO :— Está bem claro.

O SR. CRUZ MACHADO :— E' um pensamento dentro de redoma de vidro, que todos enxergão.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO :— Quando assim fosse, era a prova da liberdade da discussão.

(Ha outros apartes.)

O SR. CAPANEMA :— Sr. presidente, depois dos acontecimentos que tiverão lugar em 1868, a que acabo de alludir, as circumstancias de nosso paiz mudarão profundamente ; mas não se mudou a idéa, não se modificou a intenção.

O gabinete de 3 de Agosto cahio sob o peso de seus erros, inaugurou-se a situação que ainda hoje se diz que dirige os destinos do paiz ; a politica desse gabinete com relação á magna questão que se discute não pôde hoje ser posta em duvida, é conhecida de todos. *(Apoiados da opposição.)*

Era sua intenção, se bem interpreto o seu pensamento, levar a cabo tão importante reforma pelos meios indirectos, com prudencia, com reflexão, com tempo, attendendo a todos os direitos e interesses. (*Apoiados da opposição.*)

Estava em suas vistas preparar o terreno pela educação moral e civil deste povo, elevando o nivel da moralidade publica e da instrucção, que o farião desde logo comprehender quão pequena é a differença que vai do senhor ao escravo, que deve ser um amigo, um companheiro de trabalho, e a este que é aquelle o seu protector nato, seu guia e amparo.

Cuidava em fazer convergir para o nosso solo o maior numero possivel de immigrants espontaneos (unicos que nos podem convir), que, misturando-se com a população existente, preparasse a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (*apoiados da opposição*), principal problema, aquelle em que devem pôr toda a attenção os que governão este paiz, porque não arranca uma arvore sem substitui-la quem quer os fructos do anno seguinte. (*Apoiados da opposição.*)

Era para esse fim que o gabinete de 16 de Julho, de que S. Ex. o Sr. presidente do conselho fazia parte muito distincta, empregou todos os esforços para melhorar a nossa instrucção primaria e a nossa instrucção religiosa, para preparar este paiz para uma colonisação como precisamos, por meio de reformas de sua lei sobre a locação de serviços, de algumas de suas leis civis e sobre o processo, e principalmente abrindo seus sertões, ás margens de seus rios, por meio de estradas ordinarias, de vias ferreas, navegação de seus rios, etc., etc., solicitando os recursos necessarios para levar a effeito esses melhoramentos. (*Apoiados da opposição.*)

O Sr. ANDRADE FIGUEIRA:—Procurando estudar a questãe por meio da estatistica.

O Sr. CAPANEMA:—Entretanto, Sr. presidente, o que

tem feito durante os mezes da presente sessão do corpo legislativo o gabinete de 7 de Março?

A' excepção da discussão importante da reforma judiciária, de nada mais se tem tratado....

O SR. ANDRADE FIGUEIRA:—E essa mesmo fôra discutida e votada nesta casa.

O SR. CAPANEMA:—.... se não do mutilamento de um dos mais importantes actos desta casa no anno proximo passado, isto é, a autorisação de um emprestimo de 35,000:000\$ para concluir a 3ª e 4ª secções da estrada de ferro D. Pedro II e prolonga-la até ao rio das Velhas, e outras providencias a respeito das estradas de ferro da Bahia, de Pernambuco e de S. Paulo.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Chama a isso mutilamento?

O SR. CAPANEMA:—Sem duvida.

O SR. GAMA CERQUEIRA:—Talvez ainda fosse uma necessidade da grande questão.

O SR. CAPANEMA:—Era ponto assentado, era questão resolvida pelo governo de que V. Ex. fazia parte, que o prolongamento da estrada de ferro D. Pedro II devia demandar a grande bacia do S. Francisco.

O SR. CRUZ MACHADO:—Recuou-se ahi, para não se recuar na outra questão.

O SR. CAPANEMA:—Declarou-se nesta casa e no senado que os estudos estavam feitos e completos, e que o ponto que devia demandar esse prolongamento seria nas margens do rio das Velhas.

Entretanto o que ouvimos a S. Ex. o Sr. ministro da agricultura no senado, por occasião da discussão daquella proposta?

Ouvimos S. Ex. declarar que não havião estudos até á bacia desse grande rio, que apenas se conhecia o des-
envolvimento até á depressão da Lagôa Dourada, que é a vertente do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO dá um aparte.

O SR. CRUZ MACHADO:—E' um incidente para provar a mutilação.

O SR. CAPANEMA:— E' para demonstrar que o gabinete de 16 de Julho preparava com todo o criterio o terreno em que devia ser lançada a semente de nossa regeneração.

Sr. presidente, aquelles de meus amigos que vivem commigo em mais intimas relações sabem que eu não prestei áquelle gabinete adhesão plena em tudo: mesmo em questões politicas, V. Ex. e a casa não podem tê-lo esquecido, contra elle votei diversas vezes; mas no que diz respeito ao assumpto de que nos occupamos, tendo elle procedido sempre com moderação, com criterio, respeitando interesses legitimos...

O SR. GAMA CERQUEIRA: — Com vistas grandiozas.

O SR. CAPANEMA: — ... com vistas largas, para resolver este problema sem os abalos, sem os sacrificios, sem os perigos de que o paiz está ameaçado, prestei-lhe sempre o mais decidido apoio. (*Apoiados da opposição.*)

Entretanto esse gabinete não pôde sustentar-se, e é força confessar que a situação desgraçada em que nos achamos, que os males que vão pesar sobre nossa principal industria, a lavoura, e por ella sobre o commercio, sobre todo o paiz, são devidos em parte a esse gabinete patriótico, que tanto lutou contra a pressão, que vencida todas as resistencias e teve afinal de ceder...

Não gyro, Sr. presidente, na alta esphera; minhas relações são mais com o povo: delle sou filho, e é com elle que convivo. Pois bem, Sr. presidente, para o povo desta capital tornou-se como que uma verdade incontestavel, que a questão do elemento servil foi a causa da dissolução do gabinete de 16 de Julho, foi uma carta celebre, dirigida a seu honrado presidente, no sentido de ser adoptada a emenda que no senado, em uma de

suas ultimas sessões do anno proximo passado, foi apresentada por S. Ex. o Sr. conselheiro Nabuco.

O SR. CRUZ MACHADO : — Estava morto *in petto* um mez antes de morrer.

O SR. ANDRADE FIGUEIRA : — E a prova está no programma do gabinete que o substituiu.

O SR. CAPANEMA : — Sr. presidente, eu disse que os membros do gabinete 16 de Julho na minha opinião erão responsaveis pelas difficuldades da situação em que nos achamos, e é uma verdade.

Sabe-se que esse patriotico gabinete impedio que na falla do throno, nas sessões de 1869 e 1870, fosse inserido o periodo relativo á magna questão que tinha já sido inserido em dous annos anteriores. Se quando S. Ex. o nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro o Sr. Teixeira Junior; repentinamente convertido; pediu dia e hora para uma interpeação ao governo....

O SR. TEIXEIRA JUNIOR : — Peço que explique a palavra—convertido.

O SR. CAPANEMA : — Convertido ou convencido.

O SR. TEIXEIRA JUNIOR : — Creio que não ha contradicção em mim.

O SR. CAPANEMA : — Não duvido; mas digo que a interpeação de V. Ex. foi a mais inconveniente que ser podia. (*Apoiad.s.*) Se V. Ex. se entendesse com os membros do gabinete de 16 de Julho, nessa occasião, como bom amigo e leal companheiro, estou bem certo que desistiria do seu proposito. E se por occasião dessa discussão, o venerando Sr. Visconde de Itaboraahy, presidente daquelle gabinete, em lugar de declinar de si a responsabilidade, e de appellar para a iniciativa desta casa, tivese dito ao nobre deputado pelo 3º districto, a nós, seus amigos : — tranquillisai-vos, o governo tem na maior attenção este assumpto, elle vai estudá-lo, elle ha de prover de remedio esse mal immenso, que afflige a nossa sociedade, estou

bem certo, que S. Ex. não insistiria na interpeção, e no mesmo terreno firme, com os mesmos propósitos razoáveis, o gabinete de 16 de Julho teria vivido, talvez estivesse hoje felicitando o nosso paiz.

O SR. TEIXEIRA JUNIOR: — Concorde com o nobre deputado.

O SR. CAPANEMA: — Mas o respeito que S. Ex. tributa ás opiniões de seus amigos e sua moderação derão lugar a que declinasse de si a responsabilidade, e desde então a idéa tomasse incremento, e teve em seu apoio uma grande parte de membros desta casa, que até então estiverão silenciosos, querendo as medidas indirectas e nada querendo apressar. E', portanto, Sr. presidente, a prova mais palpitante e evidente dessa pressão moral a que tenho alludido, a retirada do 16 de Julho, a organização do gabinete de 29 de Setembro e do actual.

Resignemo-nos, portanto, e appellemos para S. Ex. o Sr. presidente do conselho, só elle nos pôde salvar.

Cumpra que S. Ex. reflecta: com o espirito de justiça, com a rectidão de character, com a previsão que todos lhe reconhecem, S. Ex. não pôde deixar de estar vendo que assoma no horizonte uma nuvem negra, prenhe de raios e de electricidade, que pôde tomar proporções maiores e abafar-nos a todos, inclusive a S. Ex. (*Apoiados.*)

E é isto, Sr. presidente, injustificado? O projecto do governo não justifica todas estas apprehensões e sustos? Sem duvida alguma.

Não é possível que nesta discussão do art. 1º, em que considerações geraes são admittidas, pelos estylos desta casa, sejamos analyticos, e apreciemos uma a uma todas as medidas contidas neste projecto; mas uma simples vista sobre o quadro que as disposições

nelle contidas nos offerecem é sufficiente para mostrar que elle é, como bem disse S. Ex., uma boceta de Pandora, donde hão de sahir todos os males que trazem apprehensivas as classes mais importantes do paiz, a lavoura e o commercio.

Sr. presidente, eu confesso que esta idéa da liberdade do ventre tem feito muitos proselytos.

E' formosa, é bella, é seductora, estanca a fonte ao mal; mas, Sr. presidente, só por isso é ella de tal modo applicavel ao estado da nossa população servil, ás circumstancias de nossa lavoura, ás relações entre os senhores e os escravos? A illustrada commissão encarregada de dar parecer decalara, que ella é conforme á religião, conforme á humanidade e conforme á politica, benefica aos escravos e aos particulares. Sr. presidente, eu entendo justamente o contrario: é minha convicção, semelhante medida, nas condições em que se acha nosso paiz, não póde de maneira alguma ser considerada conforme á religião, nem conforme á humanidade e muito menos aos interesses da patria, dos escravos e dos particulares.

A religião condemna toda a injustiça, assim como a humanidade a condemna tambem, e ninguem deixa de ver uma grande injustiça nesta medida (*apoiados*), como se condemna a perpetuo captiveiro a geração que já trabalhou, que já soffreu (*apoiados*), que já concorreu com os seus esforços para augmento de nossa fortuna, para o melhoramento de nossa industria, para o progresso de nossa patria, e vamos libertar uma geração que ainda não veio, que ainda não trabalhou, que ainda nada soffreu, que ainda nada fez? (*Apoiados*.) A humanidade não aceita a idéa; a patria muito menos, porque essa idéa vai crear, nos nossos estabelecimentos agricolas, a desordem, vai quebrar inteiramente os laços de subordinação, vai dividir em duas classes a população servil dos estabelecimentos agricolas, crean-

do a impossibilidade de marcharem debaixo do systema de obediencia passiva, que é o unico possivel emquanto existirem escravos em nosso paiz. Contra os proprios escravos, que assim se libertão pelo nascimento, esta medida é o infanticidic, é a lei de Herodes, como bem disse o nobre deputado por Minas-Geraes, meu illustre amigo.

Muito poucos se salvarão. Sabe-se que quando valia muito pouco um escravo importado, quando valia 300\$ ou 400\$, das crias sómente 5 % chegavão á idade de 8 annos ; tudo morria, tudo era sacrificado.

A supressão do trafico, o augmento do valor da propriedade servil, o progresso da producção e outras circumstancias concurrentes determinarão a necessidade de melhorar o tratamento desses infelizes, e então forão em maior numero os que se salvarão, a proporcionalidade augmentou. Mas a proposta do governo não cria estímulo aos interesses. Não ha senão dous moveis para os nossos actos, o dever e o interesse. Para o dever, Sr. presidente, podemos appellar, mas não podemos confiar ; nós devemos appellar e confiar no interesse.

Que interesse resulta ao lavrador ou senhor de escravos em cria-los até a idade de 8 annos, para depois desta idade té-los ao seu serviço até aos 21 annos, quando ninguem quererá ter dentro de seu estabelecimento esse germen de desordens, de dissensões e de desgostos e que acarreta outros muitos onus? (*Apoiados.*) Que indemnisação é essa de 600\$ por um titulo que não tem valor real, que representa sómente uma renda por 30 annos? Sr. presidente, é facto muito conhecido nesta côrte, os senhores mandão para a casa dos expostos os filhos de suas escravas, arrebetão assim as fibras mais sonoras do coração dessas infelizes, e depois as alugão para amas, em cujo serviço, em um só anno, ganhão 500\$ e 600\$000.

O governo offerece 36\$ por anno durante trinta por

cada um dos que chegarem a 8 annos. E os que morrem aos 7, aos 6, etc. ?

Peço ao Sr. Visconde do Rio-Branco que rectifique o seu calculo; S. Ex. nos disse que esta indemnisação importava em 1:080\$; perdôe-me que lhe diga, descohei a S. Ex. argumentando assim.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO dá um aparte.

O SR. CAPANEMA:—Mas isto é um sophisma do nobre ministro: o titulo não tem valor nenhum real (*apoiados*); se o portador quizer desconta-lo, ha de fazê-lo, tomando por base o seu rendimento,—36\$ por 30 annos,—e então não valerá 600\$000...

O SR. GAMA CERQUEIRA E OUTROS SRS. DEPUTADOS:—Nem isso; e na hypothese mais favoravel.

O SR. CAPANEMA: — Se o portador deste titulo quizer desconta-lo no dia em que lhe fôr entregue, na razão de 10 %, por exemplo, no fim destes trinta annos terá 270\$000, e por conseguinte embora a totalidade dos juros seja 1:080\$000, elle não tem nada a receber senão 270\$000.

Peço a S. Ex. o Sr. presidente do conselho que rectifique se me acho em engano, mas não creio que o portador deste titulo de 600\$ possa receber 1:080\$, que é a importancia total de seus juros em qualquer transacção que faça.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—Isso nem que possa uma apolice.

O SR. CAPANEMA:— A apolice tem valor real, vale 1:000\$, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:— Pelo preço corrente da praça ?

O SR. CAPANEMA:—Segundo o seu valor real. Realmente desconheço a V. Ex. neste ponto, é um titulo de valor real, não parece...

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO:—As nossas apolices da divida externa é que perecem !

O SR. CAPANEMA : — Como ? Isto importava fraude, um roubo ; os titulos da divida publica nacional não perecem (*muitos apoiados*), amortizão-se, são pagos, no passo que estes titulos não têm valor, não se amortizão, perecem, e por conseguinte qualquer transacção sobre elles ha de ser sobre seus rendimentos. (*Apoiados e apartes.*)

Combinando a disposição do art. 1º do projecto em discussão com o art. 2º e com o seu § 1º, sinto-me, com relação á sorte destes infelizes, em uma duvida no modo por que esta lei deve ser executada ; e peço que, se o meu modo de pensar não fôr o que o governo tem em vista, tenham a bondade de esclarecer-me.

Pelo art. 1º deste projecto, os senhores são *obrigados* a criar e sustentar os filhos de suas escravas até a idade de 8 annos: pelo art. 2º se diz : « O governo poderá entregar a associações por elle autorisadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, *que sejam cedidos ou abandonados* pelos senhores dellas ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º § 6.º »

Temos por conseguinte que em virtude do art. 1º os senhores são obrigados a criar e tratar estes menores.

Agora pergunto eu: qual é a sancção da violação desta obrigação? Segundo o direito, toda a obrigação não cumprida se resolve em indemnisação, e consequentemente, logo que se prove que o senhor não cria nem trata seu escravo, elle está sujeito a ser chamado a juizo por uma acção de indemnisação: quem se encarrega de propôr esta acção? Não vem isso complicar ainda mais as medidas contidas neste projecto? Ou esta obrigação não é obrigação ?

O SR. CRUZ MACHADO:—O projecto consigna as penas disciplinares de multa e prisão.

(*Ha outros apartes.*)

O SR. CAPANEMA :—Mas são estas as penas com que se fará effectiva a obrigação de criar os filhos das es-

criavas desde a data desta lei em diante? Ficarão os senhores sujeitos a estas penas disciplinares?

O governo nada nos disse ainda, e por conseguinte não é estranhavel que o interrogue a respeito; até mesmo porque não sabemos até que ponto S. Ex. acci-ta as emendas propostas pela commissão e por outros deputados que já as offerecêrão.

O SR. PINTO MOREIRA: — E' um ponto importante, precisamos saber o juizo do governo a este respeito.

O SR. CAPANEMA:—O art. 2º declara que o governo pôde entregar estas crias a associações autorisadas, e como que faculta aos senhores a ceder e abandonar; diz o artigo: « nascidos desde a data desta lei, que se-jão *cedidos ou abandonados.* »

E' necessario que a lei se aclare, que seja esta dispo-sição definida, positiva.

Mas, seja ou não facultativo ao senhor abandonar e ceder a cria ao governo, o facto se dará, e por conse-guinte é preciso que elle tenha sido prevenido; quaes são as prevenções de que o governo já lançou mão para acudir a esta necessidade?

Sabe-se que aqui mesmo na côrte nascem cerca de 125 por mez, no fim do anno teremos um numero avultado de crias; destes senhores alguns encarregão-se de criar, metade, por exemplo; é razoavel suppôr que a outra metade ou um terço tenha de ser abandonada ou cedida ao governo, e conseguintemente elle deve pre-munir-se dos meios necessarios com antecedencia para acudir a estes infelizes.

E nada se tem feito ainda, isto na propria capital! No interior maiores difficuldades hão de apparecer, não direi no interior das provincias de Mato-Grosso, Goyaz e outras, em que percorrem-se distancias enor-mes sem uma povoação, sem um vizinho; fallo nas provincias mais habitadas; nem mesmo nas villas e

idades ha casas de expostos para receberem estes infelizes. (*Apoiados.*)

O SR. CRUZ MACHADO: — Na nossa provincia ha muitas casas de caridade para doentes, mas não para expostos.

O SR. CAPANEMA: — Sr. presidente, não obstante ter sido a tribuna occupada por dous illustres membros do gabinete de 7 de Março, temos estado privados, até este momento, de uma declaração qualquer a respeito de seu juizo sobre as emendas da commissão, e sobre outras que aqui tem sido apresentadas particularmente pelo meu nobre amigo deputado pelo 7º districto de minha provincia.

O SR. GAMA CERQUEIRA: — Apoiado, ainda não se disse palavra.

O SR. CAPANEMA: — Cumpre que o governo nos esclareça a este respeito, e guie aos seus amigos no modo de discutir e votar. (*Apoiados.*) Como poderemos instituir um exame minucioso sem saber o que o governo quer?

Sr. presidente, ha nesta questão uma face; para a qual não posso deixar de chamar a attenção da camara, é a pretensão de S. Ex. o Sr. presidente do conselho de fazê-la esposar o partido adverso no senado.

S. Ex. pretendeu chamar a si o apoio daquelles nobres opposicionistas, e teve-o por quasi certo.

S. Ex. deve estar inteiramente desilludido.

A verdade é que ainda os ultimos numeros das folhas diarias, que representam as idéas desse partido e são seus legitimos órgãos, repellem as idéas do gabinete de 7 de Março (*apoiados*), com relação ao projecto em discussão.

Não faço a leitura de alguns trechos tanto da *Reforma* de 15 do corrente mez, como da *Republica* da mesma data, para não cansar a attenção da casa, mas ahí mui positivamente se estigmatiza como subver-

sivas da ordem e contraria aos interesses do paiz, as idéas contidas no projecto do governo. (*Apoiados.*)

Debalde appellará S. Ex. para o argumento tão repetido de não ser esta questão questão de partido.

Não se diga jámais que a questão dos meios para resolver este importante problema não seja questão politica. (*Apoiados.*)

O SR. CRUZ MACHADO :—De alta politica.

O SR. CAPANEMA :—Por mais que o gabinete se esforce para a arredar do terreno da confiança politica, esse esforço é em vão, ella ali está enterreirada.

O nobre presidente do conselho já tem a declaração de que a minoria desta camara não o acompanhará nas proprias questões politicas até com sacrificio da situação.

Nestas circumstancias permitta-me S. Ex. que eu lhe recorde um dos actos mais importantes de sua vida publica, e lhe peça que consequente consigo mesmo, proceda hoje do mesmo modo.

Sr. presidente, V. Ex. e a casa estão bem lembrados de que em 1862 se organisou nesta casa uma grande e forte minoria contra o gabinete de 2 de Março, de que fazia parte S. Ex., e de que era ministro da justiça o Sr. Sayão Lobato. Logo no principio da sessão, e como questão de confiança, um illustre opposicionista pediu o encerramento da discussão do voto de graças, que apenas havia começado.

S. Ex. e direi que, em minha humilde opinião, muito imprudentemente, accitou a questão e achou-se em minoria, resultado de bem combinada surpresa.

S. Ex. e seus honrados collegas cumprirão seu dever pedindo desde logo a sua demissão e forão substituidos pelo ephemero gabinete de 24 de Maio, que morreu do mal de sete dias.

S. Ex., explicando as razões de sua retirada, disse na sessão de 27 de Maio de 1862 que não podia con-

tinnar com vantagem para o paiz, porque não se apoiava em uma maioria numerosa e compacta.

S. Ex. o Sr. Torres-Homem, então membro pres-
timoso da maioria, e um dos ornamentos desta casa,
foi mais explicito ainda, e S. Ex. não protestou contra
as suas palavras.

S. Ex. disse que o gabinete de 2 de Março tinha se
achado em terreno falso, com uma maioria insigni-
ficante, e que neste estado não era nem conveniente ao
paiz, nem conforme com as praticas de nosso systema
de governo, continuar á frente da administração.

O SR. GAMA CERQUEIRA: — E note-se que não se
tratava de uma questão tão grave como esta.

O SR. CAPANEMA: — Ha duas grandes differenças na
situação de então e na situação de hoje.

Naquella occasião erão os adversarios politicos, a
que se tinham ligado alguns dos amigos do gabinete
para derriba-lo. Hoje não são adversarios, é uma
fracção numerosa e importante do partido conservador,
uma fracção que tem arvorada em seu seio a bandeira
do partido. (*Apoiados.*) E' forçoso confessar, e a his-
toria o ha de confirmar, vós é que sois os dissidentes.
(*Apoiados.*)

A outra differença é que naquella occasião não se
tratava de uma questão que abalasse em seus funda-
mentos a organização da nossa sociedade, não se tra-
tava de questão alguma que infundisse o terror, as
desconfianças e ameaçasse os perigos que esta pro-
posta ameaça. (*Apoiados.*)

O SR. CRUZ MACHADO: — Nem havia as manifestações
da opinião publica que ha.

O SR. CAPANEMA: — Por maioria de razão, portanto,
deve hoje S. Ex. reconhecer que sua administração não
póde ser de vantagem para o paiz. Falta-lhe o apoio
de uma maioria compacta, numerosa e dedicada.
Quando menos esperar, a que tem o abandonará. Falta-

lhe mais que tudo o apoio da opinião para fazer passar esta impensada reforma e a força moral, o prestigio necessario para presidir a sua execução e adoçando na pratica os seus effeitos inevitaveis, ver se é possível impedir que o paiz se abysme.

Coherente consigo mesmo deve S. Ex. dirigir-se a S. A. Imperial a Regente, e expondo a situação embaraçosa em que se acha, solicitar a dissolução desta camara, ou pedir sua exoneração, cedendo o lugar a quem consulte melhor aos interesses do paiz e não faça questão de vida ou morte nesta magna questão, que é de vida ou morte para o paiz. (*Muito bem, muito bem.*)

(*O orador é vivamente felicitado por muitos Srs. deputados.*)